O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

PRIMEIRA E GIGANTE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

CONTINUAMOS OBSERVANDO as idas e vindas de um governo que ainda está ajustando a sua organização interna e entre os vários grupos de apoio. O tempo para esse ajuste está maior do que o esperado. Desta forma, é muito provável que o crescimento da economia seja pequeno neste ano. Por outro lado, a insegurança tem feito o dólar ficar mais valorizado do que inicialmente imaginado. Contudo, a ***Agroanalysis*** ainda acredita na aprovação da reforma da previdência, o que irá trazer maior grau de confiança para os agentes econômicos. Nossa previsão ainda é de um dólar mais baixo para o segundo semestre. Os juros não devem subir, e a inflação vai ficar bem-comportada.

Não podemos cansar de repetir que, com baixa inflação, é fundamental aprender a trabalhar com o novo conceito de juros. Se a inflação ficar em 3,5%, um juro de 7,0% é alto! Convivemos, por muitos anos, com juros e inflação elevados. Muitos produtores ainda enxergam juros de 7,0% ao ano como baixos. Mas, com a inflação atual, são altos até demais!

Um dos assuntos mais importantes em curso no agro diz respeito ao Plano Agrícola e Pecuário (PAP) para a safra 2019/20, que vai de julho de 2019 a junho de 2020. A queda na taxa de juros Selic, que chegou ao seu mais baixo patamar da história – e com tendência de assim se manter, segundo o boletim Focus do Comitê de Política Monetária (Copom) –, cria um novo ambiente de negócios para as políticas agrícolas brasileiras. O modelo tradicional de crédito rural, com tantos benefícios para setor produtivo, demonstra sinais de esgotamento, sendo incapaz de acompanhar as demandas do agro. O financiamento privado com base nos títulos do agronegócio tende a ganhar espaço, mas ainda precisa de taxas de juros menores, mais competitivas. Os recursos para subsídios deverão reservar um lugar para o seguro rural. Outras medidas também seguem em discussão, embora de forma embrionária.

Entre os temas mais tensos neste mês, aparece, sem dúvida, a renovação do Convênio ICMS nº 100/197. Este confere desconto no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 60% sobre insumos agropecuários e de 30% sobre determinados produtos agrícolas. Caso seja vetado, o agronegócio brasileiro sofrerá um perverso impacto. No total do País, a ampliação da carga tributária será de 0,61%. O questionamento do Convênio decorre da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.553, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Já a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) impetrou um processo para defender a sua manutenção.

O mercado de terras começa a esboçar reação, depois de quase três anos de preços praticamente andando de lado e com baixa liquidez. Por enquanto, predomina um jogo de interesses e especulações, sem de fato haver concretização de negócios. De qualquer forma, a maior procura por terras indica uma melhora do ânimo dos compradores, com mudança no quadro conjuntural. A forte valorização da soja no mercado brasileiro em 2018 – em função da alta do dólar –, o aumento das exportações para a China e as expectativas melhores para a economia nacional trouxeram entusiasmo e aumento das consultas para a compra

ou o arrendamento de terras na agricultura. A expectativa é de uma maior movimentação no mercado neste ano. Acompanhar o ritmo das políticas econômicas e das negociações das reformas necessárias para o País e o desenrolar da produção agrícola nacional é um ponto fundamental, pois tais temas podem impactar o desempenho do mercado de terras nos próximos meses.

Na entrevista, houve a participação de Marcelo Vieira, presidente da histórica Sociedade Rural Brasileira (SRB), empresário rural na cafeicultura no sul de Minas Gerais e vice-presidente da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, na sigla em inglês). Como entrevistado, ele apresenta a sua visão do agro diante de um governo com propostas mais liberais para a economia brasileira e fala sobre a atual conjuntura do mercado de café e as comemorações dos cem anos da SRB.

O Caderno Especial trata das iniciativas da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo), em seu papel primordial de fazer o elo entre o campo e a indústria de transformação. A entidade tem trabalhado com dois focos principais: o primeiro, de representatividade, realizando a interação com órgãos nacionais e internacionais; e o segundo, de conhecimento, com a criação do projeto Estatística, em parceria com o Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (GV Agro), para consolidar informações seguras e consistentes sobre o setor para a indústria. Outra ação de destaque foi a formulação da Política Nacional do Trigo (PNT), que visa municiar o novo governo com informações sobre o setor. ■

RENTABILIDADE DA AGROPECUÁRIA

Alguns leitores escreveram para a ***Agroanalysis*** comentando a matéria de capa da última edição. A matéria mostrava que, por mais um ano, a cana-de-açúcar registrou o melhor resultado entre as produções agropecuárias mais comuns.

É importante ressaltar que muitos produtores de cana tiveram quebra de safra. Assim, a matéria em tela apontava a situação de produtores que não sofreram tal quebra.

Além disso, a cultura de soja, por todas as razões, tem um grau de risco menor quando comparada à de cana. Esses pontos devem ser esclarecidos. E o principal de todos: para quem não quer correr risco, nada como um bom arrendamento de cana, desde que o arrendatário seja um grupo econômico financeiramente forte.

LEIA A *AGROANALYSIS* NA INTERNET E NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS.

TWITTER: @AGROANALYSIS
INSTAGRAM: /FGV.AGROANALYSIS
FACEBOOK: /FGV.AGROANALYSIS
WWW.AGROANALYSIS.COM.BR

